

# Alberto Mussa

## O elogio do romance policial



**DESTINO BRASIL**

**Miguel Sanches Neto**

Qualquer bom romance propõe no mínimo um enigma. A identificação de pistas seria, portanto, a essência da atividade leitora. Na literatura brasileira, o exemplo clássico desta natureza decifrança da leitura literária é *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, que desafia o leitor a solucionar o caso de traição ou inocência da esposa do narrador, Capitu. Chegar ao fim do livro significa construir uma tese sobre esta charada. Um outro exemplo igualmente famoso é o da confirmação ou da refutação do pacto com o diabo em *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa. Pela ótica de Riobaldo, o leitor é convocado a elaborar uma interpretação sobre a existência da entidade maligna.

Em maior ou menor grau, com mais ou menos astúcia construtiva, é o mistério que comanda o fruidor literário. Nesta ótica, todo romance funcionaria num registo policial, mesmo quando não se assume assim. É que o leitor exerce, invariavelmente, uma atividade detetivesca. Poderíamos dizer que o espírito do romance policial se confunde, na modernidade, com a própria literatura. Não se trata apenas de um género, com seus fundamentos vinculados à produção de massa e com o objetivo de aguçar o pensamento lógico; vai muito além, marcando uma maneira de representar modernamente o literário. De Fernando Pessoa com suas ‘novelas policiais’ em torno de Quaresma, o decifrador, ao detetive Bustos Domecq (invenção de Jorge Luis Borges e Adolfo Bioy Casares), de Rubem Fonseca a Ricardo Piglia e Roberto Bolaño, fica consolidada uma compreensão de que literatura e narrativa policial pertencem ao mesmo campo. Saber passar de uma para outra determina se o livro será grande arte ou apenas ficção de plástico.

Os ingredientes tradicionais do romance policial continuam

válidos: sexo, crime, violência, aditivos (drogas, álcool), ação. Narradores desencantados conduzem o leitor por espaços próximos e, no entanto, desconhecidos. Esta viagem pelo agora desvela a perversidade do ser humano, propenso aos piores atos. Há toda uma “gramática” que sustenta um género próximo ao cinema, a deixar mais ou menos implícita a ideia de que esta vertente é a que melhor representa os tempos atuais. Haveria, portanto, uma contemporaneidade automática do romance policial, uma vez que viveríamos sob o égide da ilegalidade.

A estes elementos consagrados de uma forma de arte popular os mestres acrescentam outros. Para Fernando Pessoa, a narrativa policial se resume a uma capacidade de decifrar o crime por deduções lógicas. Ele substitui a ação por dramas estáticos, em um elogio do poder reflexivo. Para Borges/Bioy, a narrativa policial é uma máscara de linguagem que zomba do provincianismo. Rubem Fonseca vê o detetive como um misantropo, reverente apenas a mulheres e livros, objetos de desejo que se confundem. Entronizando o teórico, o intelectual que constrói teses sobre a cultura, Ricardo Piglia inventou um herói que domina referências requintadas e nunca aborda diretamente acontecimentos que permanecem meio ocultos. Já Roberto Bolaño consolidou a imagem do detetive como um poeta que se opõe aos valores capitalistas.

O facto é que a fusão pós-moderna de entretenimento e arte garante hoje a receção popular do texto literário.

A este movimento, um verdadeiro elogio da leitura, deve ser filiada a produção de Alberto Mussa (n. 1961). Ele não retoma nenhum dos modelos comentados acima, nem outros, reinventando o género,



Alberto Mussa “Um narrador cerebral, com uma compreensão lógica das relações humanas”

**“Literatura e narrativa policial pertencem ao mesmo campo. Saber passar de uma para outra determina se o livro será grande arte ou apenas ficção de plástico”**

**O Alberto Mussa narrador revoluciona o romance policial, aclimatando-o aos trópicos, em que os factos míticos perturbam – no sentido criativo de desviar do padrão – a lógica do Ocidente**

tal como fica demonstrado na sua experiência mais radical – *A hipótese humana* (Rio de Janeiro, Record, 2017). Mussa é um narrador cerebral, com uma compreensão lógica das

relações humanas, o que de imediato o qualifica para o *noir*. Seus livros nascem de um domínio pleno da máquina de narrar, em que cada episódio funciona como uma engrenagem a mover outra engrenagem. Não há peças soltas em seus relatos, o que dá a eles uma natureza compacta, quase árida. O narrador avança por deduções, conduzindo a intriga com mão firme.

Seu mais recente título continua um projeto ousado – escrever um romance policial situado em cada século da história do Brasil a partir do Rio de Janeiro. A sua premissa é por si só provocante, a de que “uma cidade se define pela história de seus crimes” (p.8). Digamos que o Rio, metonímia do país, corresponde a esta representação criminal de nossa identidade. Neste compêndio policialesco, *A primeira história do mundo* se passa no século XVI, *O trono da rainha Jinga* transcorre no XVII, *A biblioteca elementar*, romance ainda não escrito, acontecerá no século XVIII e *O senhor do lado esquerdo* teve como cenário o início do XX. Mussa localiza *A hipótese humana* em meados do século XIX, momento de fundação do mito do nacional, quando estávamos a descobrir a originalidade de nossas raízes indígenas e africanas.

Com este projeto, o autor estende a figura do

detetive (ou seu equivalente) a tempos vencidos, derrubando outra barreira, a que separa o romance policial do histórico. A trama detetivesca, assim, serve para decifrar uma sociedade distante no tempo mas que nos é próxima. O passado, dessa forma, é um país que precisa ser visitado autobiograficamente.

O autor se destaca na produção brasileira por ter como tema-chave de suas obras a cidade do Rio de Janeiro, habitada de maneira vertical, em uma sobreposição permanente de eras. Atendendo a esta orientação, o centro enigmático de *A hipótese humana* vem de um episódio familiar, sobre o qual Mussa pouco sabe. Escrever se fez, neste romance, uma forma de elucidar um pouco a própria árvore genealógica.

Assim, o narrador deste romance é o próprio Alberto Mussa, que cita outros livros seus. E que conduz o leitor, dialogando com ele, à maneira desabusada de Machado de Assis, em busca de uma verdade construída intelectualmente sobre um caso passional inusitado. Vítima, criminoso e detetive estão ligados por laços afetivos, em uma quinta que é um microcosmo do Brasil, com todas as classes sociais tensionadas. Resolver este crime é uma oportunidade de rever as relações humanas daquele lugar, seus fundamentos e credos.

A figura do detetive se manifesta no policial à paisana, o secreta Tito Gualberto, também professor de latim e capoeira, que tem múltiplas credenciais – a da ordem (policial), a da malandragem (luta capoeira e participa de jogos de azar), a da cultura popular e a da erudita, em uma mistura bem brasileira. É o decifrador do crime, mas também está envolvido nele. Crê nas religiões indígenas e africanas ao mesmo tempo em que participa, como parente e como amante, da vida da casa grande. Tito é uma personagem-símbolo de um país em que o histórico convive livremente com o mágico, as instituições com a contravenção, o adultério com a vida familiar.

O Alberto Mussa narrador, que nos apresenta as hipóteses do crime, até chegar a um conhecimento que o detetive Tito não alcança, revoluciona o romance policial, aclimatando-o aos trópicos, em que os factos míticos (oriundos das culturas africanas e indígenas) perturbam – no sentido criativo de desviar do padrão – a lógica do Ocidente. ■